

Risco e vulnerabilidade social feminina

Riesgo y vulnerabilidad social femenina

Risk and vulnerability of women

Ma. Lisiana Lawson Terra da Silva¹

Resumo

Este trabalho visa refletir sobre o conceito de vulnerabilidade social associada à ideia de Sociedade de Risco desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens. Dentro desta perspectiva procura identificar e discutir sobre quem são os grupos vulneráveis em nossa sociedade através de um corte a partir de duas categorias de análise, classe e gênero. Compreendendo assim, que dentro de uma sociedade que se organiza a partir de um modo de vida capitalista, as mulheres pobres estão em risco extremo.

Palavras-Chave: Mulheres; Sociedade de risco; Vulnerabilidade.

Resumen

Este trabajo pretende reflexionar sobre el concepto de vulnerabilidad social asociada a la idea de Sociedad de Riesgo desarrollada por Ulrich Beck y Anthony Giddens. Desde esta perspectiva busca identificar y discutir sobre quiénes son los grupos vulnerables en nuestra sociedad a través de un corte desde dos categorías de análisis, clase y género. Comprendiendo así, que dentro de una sociedad que se organiza a partir de un modo de vida capitalista, las mujeres pobres están en riesgo extremo.

Palabras claves: Mujeres; Sociedad de riesgo; Vulnerabilidad.

Abstract

This paper aims to reflect on the concept of social vulnerability associated with the idea of a Risk Society developed by Ulrich Beck and Anthony Giddens. Within this perspective seeks to identify and discuss who are the vulnerable groups in our society through a cut from two categories of analysis, class and gender. Understanding that, within a society that is organized from a capitalist way of life, the poor women are in extreme risk.

Keywords: Women; Risk society; Vulnerability.

1. Introdução

Este trabalho visa refletir sobre o conceito de vulnerabilidade social associada à ideia de Sociedade de Risco desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens. Dentro desta perspectiva procura identificar e discutir sobre quem são os grupos vulneráveis em nossa sociedade e, dentro de um corte a partir de duas categorias de análise, classe e gênero, se as mulheres pobres estão em risco extremo.

Pensamos que para esse diálogo e reflexão o espaço da Educação Ambiental é o ambiente adequado, porque fala-se aqui de Educação Ambiental como uma educação política,

¹ Mestra em História. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: lisianalawson@yahoo.com.br.

sendo que a expressão política deve ser compreendida em seu sentido mais abrangente, “como o viver e o interferir em um mundo coletivo” (CARVALHO, 2011, p. 187), onde o sujeito de sua ação será capaz não só de identificar problemas, mas também, e principalmente de “participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo” (CARVALHO, 2011, p.187).

Tendo em vista a ideia de Beck (2011) e Giddens (2003) de que a nossa modernidade é reflexiva já que convertemos o nosso modo de vida em problema, estabelecemos, a partir disso, um novo patamar de relacionamento com a natureza e com a produção da materialidade da vida dentro de um processo de conscientização que, por sua vez, deve passar por um processo educativo, já que “é a consciência que determina a existência”(BECK, 2011, p. 28). Assim, é nesse cenário que a Educação Ambiental, aqui numa perspectiva de educação não formal, se estabelece a partir do compartilhamento de experiências vividas no mundo, especialmente em “espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p.18). Trata-se assim de um processo sociopolítico, cultural e pedagógico voltado à cidadania. Aí o entendimento de Carvalho, para quem uma abordagem crítica da educação é compreendê-la como um ato político, isto é, uma “prática social cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade” (CARVALHO, 2011, p.186).

Portanto, sob este viés, discutir o risco e a vulnerabilidade feminina significa pensar a cidadania plena, isto é, pensar todas as circunstâncias e dimensões sociais, históricas, políticas, econômicas e éticas a partir do contexto cultural onde se está inserido, e onde desde já nos constituímos.

Deste modo, a partir de uma perspectiva política da Educação Ambiental, pode-se afirmar que a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, que permite diversas abordagens, uma vez que esta concepção transita em várias áreas do conhecimento como, por exemplo, a assistência social, a área da saúde ou a jurídica, as quais parecem definir suas próprias interpretações da noção do ser vulnerável. Isto faz com que tenhamos vários conceitos, embora todos pareçam concordar que a vulnerabilidade está fundada na desigualdade social inerente ao nosso modo de vida capitalista e globalizado.

2. Risco e Vulnerabilidade Social

Se antes de tudo o conceito de vulnerabilidade pareça estar intrinsecamente ligado à ideia de classe, atualmente outras questões compõem esse conceito como raça ou gênero. São as intersecções entre essas categorias que levam à construção da vulnerabilidade. Muito

embora a pobreza tenha papel preponderante na exclusão social, política e econômica de certos grupos na sociedade, sua associação com o racismo e o androcentrismo² potencializaria o processo de marginalização.

A vulnerabilidade pode ser mais bem definida como a falta de acesso de grupos marginalizados às oportunidades disponíveis na sociedade. Não ter renda financeira suficiente para as necessidades materiais básicas, falta de escolarização, sofrer discriminação por ser negro ou mulher são fatores que podem estar interligados de diversas maneiras e dimensões gerando com isso grupos sociais mais suscetíveis aos riscos sociais.

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual, bastante amalgamada à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais. O que imprimiu nas ações da política um pressuposto ético-político individualizante, de focalização na parcela mais pauperizada da população. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 2).

A análise de Carmo e Guizardi acima tem como referência a área da assistência social que é, sem dúvida, a que tem maior produção científica sobre o assunto da vulnerabilidade e mostra, por um lado, a abrangência e ambiguidade do conceito e, por outro, a focalização das políticas públicas na população pobre levando apenas em consideração a questão da renda e deixando de lado outras questões “afetivo-relacionais” como elas mesmas dizem ou os modos de vida de determinados grupos. As autoras também destacam que, embora risco social e vulnerabilidade andem juntos, são muitas vezes compreendidos como sinônimos, o que seria um erro analítico já que eles são conceitos diferentes e dependendo da área científica suas análises se diferenciam completamente.

Risco é um conceito extremamente variável:

A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir. (JANCZURA, 2012, p. 306).

² Entendemos androcentrismo como uma construção sócio-mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

Janczura discute justamente essa confusão conceitual entre vulnerabilidade e risco, para ela são elementos que se formam em diferentes contextos históricos e sociais e em diferentes áreas científicas, com pesquisadores dando maior ênfase a um ou a outro. Mas, efetivamente são conceitos que se complementam, pois a vulnerabilidade existe por conta do risco, o indivíduo é vulnerável porque está em risco.

Carneiro e Veiga definem vulnerabilidade como:

exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam, pois os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem (CARNEIRO; VEIGA, 2004 apud JANCZURA, 2012, p. 304).

Podemos perceber na concepção acima maior equilíbrio entre os fatores formadores da vulnerabilidade, mesmo mantendo o fator econômico como base, as práticas sociais e culturais compõem um conjunto que impedem certos grupos de enfrentar os desafios da vida em condições de igualdade com outros grupos dentro de uma mesma sociedade. Muito embora os autores pontuem que em uma sociedade capitalista a pobreza é o maior fator de exposição aos riscos.

Vivemos em uma Sociedade de Risco, segundo Beck e Giddens. Para eles as desigualdades sociais não podem mais ser avaliadas “apenas” levando em consideração o fator econômico, de renda, assim eles desenvolvem a Teoria da Modernização Reflexiva que vai além da ideia de sociedade de classes e propõe a noção de que vivemos em uma sociedade em que os riscos socioambientais superam os fatores apenas econômicos. Para Beck (2011, p. 41) “os riscos parecem reforçar, e não revogar a sociedade de classes”. Nesse sentido, “o conceito de risco passa a ocupar lugar central dentro da Teoria Social” (GUIVANT, 1998, p. 3). Nossa sociedade é uma sociedade de conflitos que tem como fundamento o risco. Daí o conceito de Sociedade de Risco de Beck ao qual Giddens faz eco.

Trata-se de riscos contra os quais não podemos obter seguros para proteção, porque não podem ser calculados. Eles estão na dimensão da incerteza. A energia nuclear e os agrotóxicos eram exemplos paradigmáticos. O pacto pelo progresso realizado entre ciência e indústria teria sido a origem da sociedade de risco (GUIVANT, 2016, p. 230).

A percepção dos riscos sociais emerge após a Segunda Guerra Mundial. E, se até os anos 70 e 80 vivíamos uma sociedade onde os riscos eram calculados e aceitáveis, podendo ser quantificados, estimados e finalmente administráveis, temos agora riscos que são

incalculáveis, variáveis e catastróficos. Nossa sociedade globalizada baseada no progresso científico e industrial produz riscos diferentes, segundo Beck e Giddens, que não podem mais ser medidos ou contidos em um espaço ou tempo. Isto é, um desastre ambiental como Chernobyl³, por exemplo, afeta populações em todo o planeta, de forma desigual, mas afeta. Se antes a violência e o sofrimento eram infligidos a sujeitos específicos, que poderíamos pensar como “os outros”, judeus, ciganos, negros, refugiados etc, a partir do desastre nuclear de Chernobyl essa noção muda, todos estamos sujeitos aos riscos nucleares e ambientais. Portanto, “se a miséria pode ser segregada, os perigos da era nuclear não” (BECK, 2011, p. 7).

Por conta da globalização ou universalização dos riscos não conseguimos responsabilizar indivíduos ou empresas pelos danos causados e, os afetados, por sua vez, não têm como ser compensados, pois esses riscos não podem ser calculados por causa de sua ampla gama de ação. Beck completa dizendo que “de um ponto de vista político e sociológico, a questão ecológica é uma violação dos direitos fundamentais condicionados e legitimados pelos sistemas – notadamente, o direito à vida e à integridade dos cidadãos” (BECK, 2010, p. 239).

O processo de radicalização dos processos de industrialização da modernidade gera a transição para uma sociedade que Giddens chama de alta modernidade ou para o que Beck chama de Sociedade de Risco ou da Modernidade Reflexiva (GUIVANT, 1998). As sociedades altamente industrializadas geram desenvolvimento científico e técnico que levam à noção de autodestruição, pois produzem riscos de caráter global que afetam indivíduos universalmente sem distinção de classe ou nacionalidade. Nossa sociedade percorreu uma transição de riscos externos, onde havia a preocupação do que a natureza poderia fazer conosco, como más colheitas e enchentes, para o risco fabricado que é a preocupação com o que nós podemos fazer com a natureza. Para Janczura (2012), Giddens compreende que a nova sociedade contemporânea introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos, entre leigos e peritos, num contexto em que a estimação dos riscos é, em grande parte, imponderável.

Esses novos riscos não podem ser medidos, administrados ou quantificados pelas ciências exatas, como física ou química, eles estão em outro patamar de compreensão, suas consequências são imprevisíveis e de longuíssimo prazo, afetando várias gerações de

³ Acidente nuclear que ocorreu em 26 de abril de 1986 na Usina Nuclear de Chernobyl na antiga União Soviética.

indivíduos. O aquecimento global é um desses riscos. Como medi-lo? Quem é responsável? Como seremos afetados? Não sabemos.

Essa maneira de conviver com a incerteza sobre o futuro forma a Sociedade de Risco que, segundo Beck, está fundada sobre duas características: ela começa onde acaba a natureza, ou onde acaba uma ideia de natureza, pois toda ela já foi modificada pela ação humana; e onde acaba a tradição, no sentido de que vivemos um mundo de incertezas e a tradição não nos transmite mais segurança. Ou seja, as categorias de análise social precisam ser repensadas, uma vez que a modernização reflexiva da sociedade industrial permite o desenvolvimento de outras categorias de análise como a noção de Sociedade de Risco.

Giddens compartilha deste entendimento, dizendo que uma sociedade que não tem mais confiança na tradição e onde o futuro é sempre um problema, a ideia de risco permeia toda a análise social. Por conta de uma desigualdade social baseada na incerteza em relação a emprego e relações familiares, por exemplo, certos grupos têm suas condições de existência ameaçadas.

no modelo da sociedade industrial, de formas diversas – como no esquema de “classes”, “família nuclear”, “trabalho assalariado”, na compreensão de “ciência”, “progresso”, “democracia” -, elementos constitutivos de uma *tradicionalidade industrial imanente* são incorporados, seus fundamentos fragilizados e suspensos pela reflexividade das modernizações (BECK, 2011, p. 17).

No que se refere à tradição, a família parece ser a instituição social guardiã das mesmas e neste quesito as mulheres seriam as responsáveis pela transmissão dos costumes e práticas cotidianas mantendo a hierarquia familiar, que por sua vez mantém a desigualdade entre homens e mulheres e que perpetuariam a família tradicional e patriarcal. Nesse sentido, estando a tradição em cheque a família também é atravessada por uma sensação de insegurança, pois os casamentos não são mais eternos, as relações entre pais e filhos não obedecem mais a uma hierarquia, ou seja, as configurações familiares mudaram e são mais fluidas. Tudo isto nos leva a pensar sobre as relações entre mulheres e homens tanto dentro da família como nas relações de emprego e acesso à educação, os quais permitiram a entrada definitiva das mulheres no mundo público.

3. Mulheres na Sociedade de Risco: vulnerabilidade

Dentro dessa noção de Sociedade de Risco quem são os mais suscetíveis às ameaças, os mais vulneráveis?

São aqueles indivíduos que não têm acesso às oportunidades na sociedade em que vivem, que não têm acesso aos mesmos direitos, que vivem uma situação de desigualdade social.

Dentro da perspectiva de que a Sociedade de Risco não é uma sociedade de classes, pois os seus conflitos não estão mais baseados *apenas* em fatores de renda, eles não são mais *apenas* conflitos de classes, há a tendência de uma globalização dos riscos, uma universalização que a renda não é capaz de evitar. Pois, se por um lado a renda hierarquiza a sociedade, o risco ambiental a democratiza.

Mas podemos identificar certos grupos mais suscetíveis aos riscos e essa suscetibilidade os expõe a riscos extremos. Aqui a renda e a classe social desempenham seu papel hierarquizador, pois pessoas ricas têm mais condições de se proteger e contornar algumas ameaças, como por exemplo, consumir alimentos melhores, morar melhor, assim como, têm mais acesso à educação e à informação. Tudo isto em conjunto pode gerar comportamentos de esQUIVA e de defesa aos riscos. Por outro lado, os grupos mais suscetíveis, sensíveis aos riscos são aqueles que, em primeiro lugar, vivem na parte do mundo onde o capitalismo é brutal, para onde as grandes indústrias migram em busca de mão de obra barata e onde possam deixar seu passivo ambiental gerando desigualdades internacionais. Esses países, e o Brasil é um exemplo, são caracterizados por uma desigualdade social extrema, pois, segundo Beck (2011, p, 49), “existe uma sistemática força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos”. Em segundo lugar, tendo o baixo nível socioeconômico como um desencadeador, digamos assim, como a base da desigualdade, podemos incorporar outros fatores como a baixa escolaridade, famílias numerosas e as chefiadas por mulheres como características desses grupos mais sensíveis aos riscos e que, com isso, possuem uma extrema dificuldade em acessar direitos fundamentais configurando assim a vulnerabilidade social.

Nesse sentido, voltamos ao ponto inicial de nossa reflexão. Estão as mulheres pobres em risco extremo?

Uma das questões levantadas por Giddens (2003) em relação à globalização é a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres pela primeira vez na história, mas por outro lado também se vê um recrudescimento das desigualdades sociais, ou do fundamentalismo como coloca Giddens em oposição à ideia de um mundo globalizado ou ocidentalizado. Esse acirramento dos conflitos sociais baseados nas desigualdades e discriminação de gênero, inerentes ao um sistema social patriarcal e associado com a baixa renda implica em situação de risco extremo. Assim, podemos pensar que as mulheres pobres são um grupo mais

suscetível aos riscos gerando, com isso, uma dupla vulnerabilidade: em relação à classe e em relação ao seu gênero.

Beck (2011) nos diz que mesmo que a partir da década de 80 do século passado tenhamos visto mudanças através da consciência da desigualdade entre mulheres e homens, no mercado de trabalho e na família há uma constância dos papéis sociais masculinos e femininos, completando que “a consciência antecipou-se às relações” (BECK, 2011, p. 150). Isto é, mulheres e homens sabem que vivem em uma sociedade de gênero desigual. Como justificativa o autor lança mão do que ele chama de feminização da educação nas décadas de sessenta e setenta do século XX, embora ele argumente que a esta revolução educacional não se seguiu uma revolução no mercado de trabalho e muito menos na família. Isto ocasionaria uma frustração das mulheres, já que estas agora são educadas, mas muitas vezes não conseguem alcançar o mercado de emprego e renda comparativamente aos homens, e continuam em uma posição desigual dependentes da renda do cônjuge, principalmente as que são mães. Outro fator é a persistência da desigualdade na divisão nas tarefas domésticas. Se antes mulheres e homens encaravam como sendo natural o trabalho doméstico ser feminino, hoje as mulheres lutam por uma divisão mais igualitária, o que gera conflitos dentro da família. É como se educássemos nossas filhas para um mundo ao qual elas não conseguem acessar.

Nesse sentido, havendo consciência da desigualdade, o que perceberíamos seria uma tentativa de equiparação das mulheres com os homens o que geraria uma maior desigualdade entre os gêneros, pois as mulheres não estão liberadas de suas funções tradicionais na família gerando com isso uma dupla jornada de trabalho fora e dentro de casa. É o que Beck (2011) chama de sociedade moderna estamental que, por um lado reconhece a desigualdade e desenvolve condições de equiparação mas, por outro lado, mantém, principalmente no âmbito familiar, relações estamentais.

A divisão sexual dos empregos determina o espaço da mulher na sociedade. Por outro lado, o desemprego marginaliza e exclui socialmente o indivíduo e neste quesito as mulheres são o grupo humano que predomina entre os desempregados de longo prazo. A fronteira entre emprego/desemprego pode ser enganosa, como em uma situação que chama atenção que é o emprego de tempo parcial ou os contratos de trabalho por tempo determinado os quais são predominantemente femininos. Isto faz com que as mulheres sejam uma reserva de mão de obra para os momentos de prosperidade econômica. Assim, elas são o gênero preferido para, em momentos de expansão econômica, entrarem no mercado de trabalho em empregos que são temporários ou frágeis.

Saffioti (1976) coloca que as mulheres sempre estiveram incluídas em alguma medida na produção material da vida, mas que o sistema capitalista, por ser fundado na competição, e aí se verifica a competição entre os gêneros, contribuiu com a exclusão das mulheres do mundo público. A autora continua sua análise dizendo que em sociedades pré-capitalistas a mulher enquanto uma categoria definida naturalmente pelo seu sexo é submissa e dependente dentro de um mundo dominado pelos homens. Este fenômeno pode ser verificado historicamente e Saffioti faz um estudo desta inferiorização através do mundo do trabalho e, especialmente, em como o sistema capitalista, enquanto uma sociedade competitiva oprime mais as mulheres do que quaisquer sistemas sociais anteriores.

Se por um lado as primeiras categorias femininas marginalizadas da atividade produtiva são as esposas dos burgueses, existe uma categoria que o sistema capitalista não pode prescindir que é a mulher pobre e que trabalha por salários inferiores ao dos homens. Isto gera não só a marginalização dos postos de trabalho, mas também a marginalização social, de status. Dado então, à inferiorização dos salários femininos e sendo este um sistema competitivo, os homens começam a perder postos de trabalho, emprego, para as mulheres que recebem salário menor, gerando com isso em primeiro lugar a pauperização das famílias e em segundo o desenvolvimento de teorias sociais de que as mulheres devem permanecer em casa com a família e os filhos, a ideia de “guardiãs do lar”. Pois, se a oferta de emprego é restrita o homem é que deve ocupar estes postos e prover a família.

Mas este é um problema mais presente para a mulher casada. Já a mulher solteira e das classes inferiores sempre possuíram participação econômica ativa, embora sem qualquer status social. O que puxa as mulheres para postos de trabalho menores é a sua ligação a fatores de ordem natural como à família, à gravidez, aleitamento materno, etc. A concepção de que a missão da mulher é o casamento e a procriação, e que cabe a ela o cuidado familiar, o trabalho doméstico e a conseqüente permanência em casa, retira dela a capacidade profissional. As mulheres pobres em comparação com os homens pobres tem baixa escolaridade, baixa capacitação profissional e o absenteísmo ao trabalho é maior entre elas.

Tudo isso mostra o quanto as mulheres estão afastadas ainda dos centros decisórios de poder, isto é, a deliberação e organização do futuro ainda pertencem ao mundo masculino.

Mesmo assim, com a crescente taxa de divórcios, o que se percebe é o fenômeno cada vez maior de famílias chefiadas por mulheres, gerando com isso uma nova categoria de análise da sociedade, a Feminização da Pobreza, que leva em consideração duas fragilidades o gênero feminino e a classe, e possui características que lhe são específicas (PEARCE, 1978). As novas estruturas familiares com as mulheres tornando-se chefes de família e a

permanência de discriminações de gênero no mercado de trabalho, onde as mulheres ganham salários menores e, além disso, são responsáveis pelo cuidado com a família ocasionam uma dupla jornada de trabalho, fora e dentro do ambiente doméstico. Esse contexto determina a falta de autonomia feminina uma vez que lhes é negado o acesso, em primeiro lugar à educação já que a gravidez precoce retira muitas jovens da escola, e em segundo lugar ao trabalho, pois com o cuidado dos filhos e a baixa escolarização os postos de trabalho ficam restritos aos trabalhos domésticos ou de limpeza, isto é, subalternos.

A empregabilidade, isto é, o acesso ao emprego ao mesmo tempo em que se traduz em espaço na sociedade, também contribui para a construção das hierarquias e diferenciações sociais. Ter emprego é uma das estruturas do funcionamento da sociedade. Nesse sentido, em relação ao emprego feminino essa questão é fundamental, pois analisar o emprego das mulheres é analisar o seu estatuto social e, se o emprego produz diferenças sociais e hierarquias, a de gênero é a que primeiro se destaca.

A discriminação por gênero atravessa todo o tecido social já que vivemos em uma sociedade androcêntrica, mas consideramos que há diferenças enormes entre o poder de emancipação e reação de uma mulher culta e da elite e de uma mulher pobre e analfabeta. Culturalmente as duas sofrem a mesma opressão e discriminação de gênero, mas de formas distintas. Pensamos que estas duas categorias, gênero e classe, se somam e produzem justamente o fenômeno da Feminização da Pobreza e isto pode ser percebido na persistência da situação econômica e cultural dessas mulheres e na relegação de seus filhos à pobreza.

Diminuir o risco e, conseqüentemente, a vulnerabilidade social feminina é uma questão se coloca urgente e que necessita de políticas sociais direcionadas para este grupo especificamente. Isso passa pela diminuição da desigualdade social de gênero, mas como coloca Novellino (2004, p. 16), as políticas públicas baseadas no conceito de Feminização da Pobreza são reducionistas uma vez que preveem apenas a redistribuição de renda como meta e não possuem qualquer ação de política de gênero reafirmando assim os papéis sexuais. Para a autora estas políticas deveriam empoderar, estimular e capacitar as mulheres de modo que possam participar competitivamente nas atividades produtivas e ativamente na vida pública, isto é empreender ações transformativas.

Esta é justamente a questão que Fraser (2006, p. 231) discute, ela diz que apenas a redistribuição de renda, nesse caso efetivada através de políticas de assistência social, não resolvem por si só a pobreza e a subordinação feminina. A autora ressalta que é necessário “teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente”. A proposta então é articular redistribuição de

renda e reconhecimento cultural no que ela chama de “remédios transformativos” que combinam uma série de medidas econômicas de distribuição de renda e, que ao diminuir a desigualdade social não produzem classes estigmatizadas e fechadas em si mesmas, mas ao contrário, promovem reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento. No que Davis (2017, p. 24) faz eco quando diz que, “nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalista monopolista como maior obstáculo da igualdade”. E por monopolista não entendemos apenas a parte econômica, mas sim a esfera do pensamento e da cultura.

4. Considerações Finais

As desigualdades sociais próprias do que Beck chama de Sociedade de Risco, isto é, uma sociedade individualista e altamente industrializada, tecnológica e competitiva, extremou a exclusão social e vulneráveis são todos aqueles e aquelas que não possuem condições de enfrentar as vicissitudes da vida diária e por isso estão mais propensos aos riscos. Dependendo do grau de vulnerabilidade que, como vimos, pode ser potencializada pela soma e intersecção de conceitos como classe e gênero temos indivíduos que estão expostos a riscos extremos como pensamos ser o caso das mulheres em situação de pobreza.

Entender esses processos, como sendo socialmente construídos, refletir sobre nosso modo de vida dentro da noção de sociedade de Risco, é o que caracteriza a nossa modernidade como reflexiva.

Dentro desta perspectiva entendemos que as noções de feminização da educação de Beck e de Feminização da Pobreza de Pearce parecem estar dentro de um processo histórico de conscientização das desigualdades de gênero, pois são fenômenos que podem ser observados a partir da década de oitenta do século passado e que têm como finalidade a reflexão sobre as relações socio-históricas que construíram e extremaram as desigualdades de gênero dentro da sociedade capitalista.

Entendemos assim as mulheres pobres como um grupo duplamente vulnerável dentro de uma sociedade onde a cultura dominante é masculina e da elite econômica liberal. Portanto, esse grupo sofre as consequências de subordinação a partir de duas categorias que se relacionam: gênero e classe.

A partir disso são necessárias políticas públicas sociais que amenizem essas desigualdades, mas não apenas em relação à renda, pois a sociedade de risco não é uma sociedade de classes, é muito mais. Sendo assim, são necessárias políticas de reconhecimento

cultural, isto é, que desloquem a visão de mundo da sociedade andrôcentrica e que promovam maior participação social, econômica e política feminina.

Referências

BECK, Ulrich. A política na sociedade de risco. *Idéias*, Campinas, n. 1, p.229-253, 2010. Nova Série.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, n. 34, p.1-14, 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistencia-social>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2011.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14, p.231-239, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GIDDENS, Anthony. *O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 3. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GUIVANT, Julia S. A Trajetória das Análises de Risco: da periferia ao centro da Teoria Social. *Bib*, Rio de Janeiro, n. 46, p.3-38, 1998. Semestral.

GUIVANT, Julia S. O legado de Ulrich Beck. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.229-240, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n1/pt_1809-4422-asoc-19-01-00227.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.301-308, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12173-48632-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, 2004, Caxambu: Anpocs, 2004. p. 1 - 12. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st23-2/4076-mnovellino-os-estudos/file>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *The Urban And Social Change Review*, Boston, v. 11, n. 12, p.28-36, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.